Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

ACÓRDÃO - AC00 - 317/2024

PROCESSO TC/MS	: TC/4471/2023
PROTOCOLO	: 2239111
TIPO DE PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO
ÓRGÃO	: ENCARGOS GERAIS DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO DO ESTADO
JURISDICIONADO	: ÉDIO DE SOUZA VIEGAS
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – ENCARGOS GERAIS DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO DO ESTADO – CONTAS REGULARES.

É declarada a regularidade da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento nas disposições dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, sem prejuízo de eventual verificação futura, pormenorizada, mediante outros procedimentos cabíveis, dos atos praticados pelo gestor no curso do exercício financeiro em referência.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 15ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 11 a 14 de dezembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, no sentido de declarar **regular**, com fundamento nas disposições dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, e assim **aprovar**, a **prestação de contas anual de gestão – exercício 2022**, dos **Encargos Gerais de Recursos Humanos e Patrimônio do Estado de Mato Grosso do Sul**, gestão sob responsabilidade do **Sr. Édio de Souza Viegas**, Ex-Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, sem prejuízo de eventual verificação futura, pormenorizada — mediante outros procedimentos cabíveis —, dos atos praticados pelo(s) gestor(es) no curso do exercício financeiro em referência.

Campo Grande,14 de dezembro de 2023.

Conselheiro **Flávio Kayatt** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt – Relator

A matéria dos autos trata da prestação de contas anual de gestão dos Encargos Gerais de Recursos Humanos e Patrimônio do Estado – EGE/RHP, relativa ao exercício financeiro de 2022, gestão sob responsabilidade do Sr. Édio de Souza Viegas, Ex-Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, encaminhada a esta Corte de Contas dentro do prazo regimental estabelecido.

A Força Tarefa de Contas Anuais (FTCA) expediu a Análise ANA - FTCA - 8964/2023 (pç. 42, fls. 162-166), por meio da qual firmou o entendimento de que as contas de gestão estão em conformidade, em seus aspectos relevantes, com os critérios aplicáveis, sugerindo que sejam julgadas regulares, dando quitação ao gestor responsável.

Por fim, o representante do Ministério Público de Contas (MPC), emitiu o Parecer PAR - 1ª PRC - 13118/2023 (pç. 44, fls. 168-170), opinando pela adoção do seguinte julgamento

> Por todo o exposto, considerando todos os pontos que foram objeto de exame pela Equipe Técnica, manifesta-se este Órgão Ministerial no seguinte sentido:
>
> 1 – Pelo julgamento das Contas de Gestão dos Encargos Gerais de Recursos Humanos e Patrimônio do Estado de Mato Grosso do Sul – EGE/RHP, relativas ao exercício de 2022, prestadas pela Senhora Ana Carolina Araújo Nardes, Secretária de Estado de Administração e Desburocratização e pelo Senhor Édio de Souza Viegas, Secretário-Adjunto de Estado de Administração e Desburocratização, como CONTAS REGULARES, com fulcro no artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012;
>
> (...).

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt – Relator

Sobre a matéria em exame, constato que o feito está apropriadamente instruído, razão pela qual declaro encerrada a instrução processual para o julgamento desta

prestação de contas, nos termos dos arts. 4º, III, b, e 112, III, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

DO ORÇAMENTO

Os ingressos e as aplicações de recursos financeiros da unidade gestora foram aprovados pela Lei (estadual) nº 5.784/2021, a qual autorizou despesa orçamentária na ordem de R$ 11.097.200,00 para operacionalização dos Encargos Gerais de Recursos Humanos e Patrimônio do Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício de 2022.

No decorrer da execução foram abertos créditos adicionais conforme documentos juntados (pç.15, fl. 58), de modo que o a despesa autorizada final foi alterada para R$ 25.720.686,77 (pç. 18, fls. 83-85 – Balanço Orçamentário).

Nesse sentido, restaram atendidas as determinações dos artigos 42 e 43, §1º, incisos I a III, todos da Lei Federal nº 4.320/1964.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO) (pç. 18, fls. 83-85), Balanço Financeiro (BF) (pç.19, fls. 86-87), Balanço Patrimonial (BP) (pç. 20, fls. 88-89), Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP) (pç. 21, fls. 90-91), Demonstrativo da Dívida Flutuante (pç. 22, fl. 92) e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (DFC) (pç. 23, fls. 93-94).

Com amparo das conclusões exaradas pela órgãos de apoio, verifico que os resultados apurados no final do exercício foram demonstrados nos anexos apropriados, de modo que não foram detectadas distorções nas aludidas demonstrações contábeis ou sobre o valor da conta contábil, em consonância com as prescrições dos arts. 101 a 105, da Lei (federal) nº 4.320/1964, e da Lei Complementar (federal) nº 101/2000.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, concordo com a Força Tarefa de Contas Anuais, acolho o parecer Ministério Público de Contas e **VOTO** no sentido de **declarar regular**, com fundamento nas disposições dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160/2012, e assim **aprovar, a prestação de contas anual de gestão – exercício 2022**, dos **Encargos Gerais de Recursos Humanos e Patrimônio do Estado de Mato Grosso do Sul,** gestão sob responsabilidade do Sr. Édio de Souza Viegas, Ex-Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, sem prejuízo de eventual verificação futura, pormenorizada — mediante outros procedimentos cabíveis —, dos atos praticados pelo(s) gestor(es) no curso do exercício financeiro em referência.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi por unanimidade, firmada nos termos do voto do Relator, pela regularidade da prestação de contas anuais de gestão.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Osmar Domingues Jeronymo, Marcio Campos Monteiro e os Exmos. Srs. Conselheiros-Substitutos Patrícia Sarmento dos Santos, Célio Lima de Oliveira e Leandro Lobo Ribeiro Pimentel.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande,14 de dezembro de 2023.

Conselheiro **FLÁVIO KAYATT**

Relator

MRLOS/MFGM